

HABEAS CORPUS Nº 548.898 - SP (2019/0358334-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ARTUR REGA LAUANDOS - SP258431
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELLO FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de MARCELLO FERREIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau, a 2 anos de reclusão, em regime inicial aberto, como incurso no art. 129, §2º, inciso IV, do Código Penal (lesão corporal gravíssima).

O Tribunal *a quo* deu provimento ao apelo ministerial para elevar a pena para 3 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto.

No presente *writ*, a impetrante requer a concessão ao paciente do direito de aguardar em liberdade o julgamento da ação. Pleiteia ainda a fixação da pena-base no mínimo legal, ante a inexistência de elementos concretos que justifiquem o aumento, assim como a alteração do regime inicial para o aberto, em razão do *quantum* da pena, da primariedade do paciente e de seus bons antecedentes.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum*

Superior Tribunal de Justiça

in mora, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator